



Rua de São Nicolau 105
1100-548 Lisboa
Tel. 21 325 6300
(Rita Castanho)



Calçadinha da Horta 19
2800-564 Pragal – Almada
Tel. 21 272 0641



[Ashar ou dia dos cultivadores de arroz no Nepal – Junho 2007]



Comércio Justo e Soberania Alimentar

1. Introdução

“O Comércio Justo é um movimento social que, através de uma prática comercial, um trabalho de sensibilização e mobilização aspira transformar os actuais modelos de relações económicas e participar na construção de alternativas. Como tal, reflecte a diversidade existente na sociedade e tem muitas definições e interpretações, dependendo das organizações envolvidas.”
(Rede Espaço por um Comércio Justo)

O Comércio Justo /CJ surgiu a partir de várias iniciativas internacionais nos anos 60 e constitui, hoje, uma rede global, envolvendo centenas de organizações, milhares de voluntários e milhões de produtores e consumidores. Esta rede propõe uma cadeia comercial transparente e o mais directa possível. Actualmente o CJ reflecte a diversidade existente na sociedade e tem várias definições e práticas, dependendo das organizações envolvidas.

Um dos temas associado a uma parte do movimento CJ é a soberania alimentar. A Alimentação (saudável e acessível) é um elemento central à vida e um direito inalienável de todos os Países e Povos - consagrada internacionalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966).

2. Contexto histórico

Antes de surgir o conceito formal de “comércio justo” e de se constituírem as organizações do circuito, algumas iniciativas de comércio isoladas já se enquadravam num espírito de solidariedade, por oposição às meras doações de caridade - ainda nos anos 50 as pioneiras *Ten Thousand Villages* nos EUA ou *Oxfam* britânica, na Europa.

Mas o comércio justo, com a ideia basilar de “comércio e não ajuda”, nasceu em Genebra em 1964, em resultado da 1ª Conferência da UNCTAD - Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas, onde os países em vias de desenvolvimento reclamaram o fim da caridade e uma real oportunidade de exportarem os seus produtos.

Ainda nesse ano, a Oxfam criou a primeira organização de Comércio Justo e nasceu na Holanda a importadora Fair Trade Organisatie. Em 1969 foi inaugurada a primeira loja de comércio justo em Brenkelen, na Holanda. O aspecto nuclear desde o início do circuito do Comércio Justo, consiste em eliminar os intermediários desnecessários, garantindo aos produtores associados um salário digno e um preço justo.

Durante as décadas de 60 e 70, cresceu a consciência nas ONGs da necessidade de apoio e assistência aos pequenos produtores, mas também indivíduos socialmente atentos da Ásia, África e América Latina. Em particular na América Central, os movimentos revolucionários dos anos 80 criaram organizações e activistas solidários na compra de produtos a cooperativas de agricultores e artesãos pobres a preços justos. Surgiram a partir daí diversas organizações de Comércio Justo no Sul e no Norte com base no objectivo comum de garantir uma maior justiça no comércio internacional.

Em 1973, foi importado pela primeira vez 'café justo' de cooperativas de pequenos produtores da Guatemala, pela holandesa *Fair Trade Organisatie*. Desde então o café do Comércio Justo tornou-se um ícone do movimento e o mercado foi aberto a outros produtos alimentares, oferecendo hoje uma variedade que vai do chá, cacau e açúcar, ao guaraná e às especiarias – que acompanham artesanato tradicional de todos os pontos do mundo.

Em Portugal o CIDAC (ONGD) lança em 1998 o projecto “Comércio Justo e Solidário”, criando os primeiros alicerces para o desenvolvimento do CJ a nível nacional. Em 1999 abre a 1ª loja de CJ em Amarante.

Em 2006 é posto em causa, por actores do movimento, o impacto das vendas dos produtos do CJ na grande distribuição alimentar. É criada a Rede “Espacio por um Comercio Justo”.

Nas duas últimas décadas este movimento heterogéneo tem crescido exponencialmente em muitos países, existindo neste momento cerca de 2800 lojas do mundo só na Europa, 50 organizações internacionais importadoras de CJ e cinco milhões de produtores em todo o mundo que fazem parte deste circuito de economia solidária. Em Portugal existem actualmente cerca de 10 Lojas do Mundo e diversos pontos de venda dos produtos de CJ, para além das cooperativas de consumidores do grupo COOP.

3. Comércio justo

O movimento do Comércio Justo (CJ) demonstra que o comércio pode ser, apesar de tudo, um instrumento ao serviço do desenvolvimento sustentável.

O CJ surge num contexto global de desigualdades económicas e de injustiças no comércio internacional. Sendo hoje consensual que existe uma estreita relação entre os padrões de consumo e os de produção, temos consciência que a mudança nas condições de vida e de produção nos países do Sul passa, em grande medida, por alterações nas práticas de produção e consumo nos países do Norte, em particular, pelo desenvolvimento de um consumo crítico, responsável e ético.

O CJ é uma das ferramentas disponíveis para efectivar esse consumo responsável. Como um comércio absolutamente justo é impossível no contexto actual, é considerado imprescindível por uma parte do movimento do CJ reforçar a transparência e a comunicação em todas as etapas da cadeia comercial, fortalecendo o princípio da confiança. A vigilância quanto ao impacto das intervenções individuais é também fundamental, não pressupondo que as boas intenções têm por si só efeitos positivos...

Só assim o comércio pode tornar-se uma das vias para o desenvolvimento dos países - quando acompanhado de níveis de Desenvolvimento Humano e protecção ambiental.

Na Europa o movimento do CJ tem sido uma força motriz para a crescente pressão do consumidor responsável junto das empresas e instituições públicas para a inclusão de cláusulas sociais e ambientais – e a resolução que o Parlamento Europeu (PE) aprovou em Julho de 2006, reconhece o CJ como um meio eficaz na erradicação da pobreza, na promoção do desenvolvimento sustentável e na criação de oportunidades mais justas para os pequenos produtores do Sul do mundo.

4. Comércio Justo e Soberania Alimentar

Falar em globalização económica e no benefício do crescimento do comércio mundial pela abertura dos mercados, implica ter presente os graves desequilíbrios criados pela desigual repartição de riqueza. Os 48 países menos desenvolvidos, com 10% da população mundial, têm uma quota de mercado de 0,4% ao passo que os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia (UE), com igual número de habitantes, controlam 50% do comércio internacional convencional.

Uma das causas deste fosso é que as economias menos desenvolvidas são dependentes de produtos agrícolas, com pouco grau de transformação, técnicas de produção obsoletas e baixa produtividade (cem vezes inferior à dos países ricos). Para que os seus preços possam ser competitivos, os cortes recaem sobre o custo do trabalho, a protecção social e os direitos laborais dos trabalhadores.

O paradoxo da liberalização é que as grandes potências mundiais como os EUA ou a UE protegem fortemente as suas produções, ao mesmo tempo que pressionam os outros países para uma abertura económica. Práticas como o *dumping* ou os subsídios implicam que os países menos desenvolvidos fiquem sem alternativa senão a de abandonar as suas culturas e recorrer às importações.

Milhares de agricultores são marginalizados em função da disseminação do modelo agroindustrial (agrobusiness), cujos impactos são: o desaparecimento do mundo rural; abandono forçado das terras pelos pequenos agricultores e migrações rural-urbano; a concentração fundiária e a homogeneização da produção; a perda de biodiversidade e introdução de patentes sobre seres vivos; a utilização de OGMs; a vulnerabilidade das economias nacionais entre outras graves consequências.

Diversos estudos mostram que a maior parte da fome no mundo não se deve a desastres naturais, mas a políticas públicas nacionais e dinâmicas internacionais. A grande contradição é que 80% dos desnutridos do mundo são também agricultores. O problema crucial não está na baixa produção agro-alimentar, mas nas formas político-económicas que determinam, à escala global, a produção, distribuição e comercialização dos alimentos.

No seu cerne, estes problemas económicos prendem-se com a questão da soberania alimentar. O CJ, entendido não apenas como circuito de comércio internacional, pode contribuir para a prática da Economia Solidária como "um modelo económico inclusivo, que considera as capacidades e potencialidades de cada indivíduo com igualdade como base para a construção de relações justas, livres e democráticas na integração de um desenvolvimento social" - in Campus Virtual da Economia Solidária

5. Princípios e objectivos

O CJ tem como base um conjunto de princípios, reconhecidos de forma geral por todas as organizações, mas com diferenças na formulação. Apresentamos os princípios enunciados pela FINE* em Abril 1999.

1. Elevar o nível de bem-estar e as condições de vida dos produtores, melhorando o acesso ao mercado, fortalecendo as organizações dos produtores, pagando um

preço mais elevado e estabelecendo relações comerciais duradouras.

2. Promover oportunidades de desenvolvimento para os produtores desfavorecidos, especialmente mulheres e povos indígenas, e proteger as crianças da exploração no decurso do processo produtivo.

3. Sensibilizar os consumidores para os efeitos negativos do comércio internacional sobre os produtores, por forma a poderem exercer o seu poder de compra de maneira consciente.

4. Estabelecer exemplos de relações de parceria comercial baseadas no diálogo, na transparência e no respeito mútuo.

5. Realizar campanhas de sensibilização sobre a necessidade de alterar as regras e as práticas do comércio internacional convencional.

6. Proteger os direitos humanos promovendo a justiça social, as boas práticas ambientais e a segurança económica.

Mais recente, a Rede "Espacio por um Comercio Justo" (ECJ) ressalta a importância da aposta numa formulação aberta do CJ, que não o reduza a um conjunto de princípios e critérios, mas que assuma o compromisso de as cumprir não somente na produção, mas ao longo de toda a cadeia.

A rede ECJ aposta na Soberania Alimentar, tanto no Sul como no Norte, considerando-a estratégica para a coerência desta alternativa. Promove a agro ecologia em contraponto à industrialização da agricultura e desvio de benefícios para as grandes corporações; fomenta a participação e autogestão destacada das organizações do Sul. Colabora com organizações que têm por objectivo fortalecer o desenvolvimento local e cuja prioridade seja os mercados internos, contribuindo para a Soberania Alimentar. O objectivo é reduzir a dependência do mercado internacional, mesmo o do CJ.

A afirmação do princípio da Soberania Alimentar (SA) foi lançada pela organização Via Campesina durante o Encontro Mundial sobre Alimentação, promovido em 1996 pela FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura) em Roma: "o direito dos povos e países a definirem as suas políticas agrícolas e alimentares". Foi reafirmado no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar que decorreu em Fevereiro de 2007 no Mali, onde foram afirmados os objectivos gerais:

- Dar prioridade à produção local, para mercados internos e locais, seguindo sistemas de produção diversificados e ecológicos;
- Proteger os mercados internos das importações a baixo preço decorrentes do chamado *dumping*;
- Garantir o acesso à terra, água, florestas, zonas de pesca e outros recursos para assegurar uma verdadeira redistribuição de riqueza;
- Reconhecer e promover o papel das mulheres na produção dos bens alimentares, dando-lhes acesso aos recursos produtivos;
- Garantir o controlo dos recursos produtivos às comunidades, por oposição à privatização da água, terra ou outros recursos;
- Proteger as sementes, base da alimentação e da vida, garantindo que os agricultores as possam utilizar e trocar livremente – pressupõe a adopção de uma moratória sobre os organismos geneticamente modificados
- Investir fundos públicos no apoio às actividades produtivas das famílias e das comunidades, para autonomia e controlo local da produção de alimentos ;

6. Para saber mais:

- Sobre soberania alimentar ver: www.dakardeclaration.org/IMG/doc/Nyeleni_version_site.doc ou www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300003&script=sci_arttext
www.viacampesina.org/main_sp/
- Sobre comércio justo ver: www.modevida.com / www.cidac.pt / <http://consumosolidario.org> / www.liberomondo.org / www.nodo50.org/espanica / www.ifat.org / www.eftafairtrade.org / www.espaciocomerciojusto.org/
- * Resolução do Parlamento Europeu em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2006-0320+0+DOC+XML+V0//EN&language=EN>